

ANTEPROJETO DE LEI Nº 011/2014

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, legais e regimentais, vem apresentar à consideração do Douto Plenário desta Casa de Leis o seguinte Anteprojeto de Lei:

Camara Municipal da Lapa
Protocolo 0000000486 / 2014 08/04/2014
JOÃO RENATO LEAL AFONSO

Anteprojeto de Lei

ANTONIOR

14:52:53

Súmula:

Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos" e dá outras providências.

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, no âmbito Municipal, **Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos"**, localizada na Rua Artur Virmond de Lacerda, SN, Bairro São Lucas, Nosso Chão V neste município de Lapa-PR, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ Nº 05.255.513/0001-67.

Parágrafo único. A Associação ora declarada de utilidade pública deverá, a cada ano, apresentar ao Poder Executivo Municipal relatório circunstanciado de suas atividades, para fins de cumprimento ao disposto no artigo terceiro da Lei Municipal nº 2804, de 07 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa em 07 de abril de 2014.

JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Vereador PARTIDO SOLIDARIEDADE - SDD

08/04/2014
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
(Dengo Leonardi)
VEREADOR PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, atendendo solicitação da Digna Secretária de Educação e de diretores de Escola, tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência que a referida proposição seja submetida a exame dos demais colegas, considerando as justificativas apresentadas.

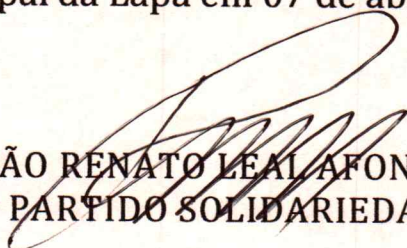
A referida Associação de Pais e Mestres é uma entidade sem fins lucrativos que realiza um trabalho que resulta no fortalecimento da educação e das atividades pedagógicas realizadas na escola, sendo criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade.

Seu principal objetivo vem a ser o elo e comunicação constante entre os pais, mestres e direção, primando pela busca constante de soluções equilibradas para os problemas coletivos do dia a dia escolar, sendo que seus objetivos são de natureza social e educativa, sem caráter político, racial ou religioso, assim como não possui finalidades lucrativas.

O reconhecimento desta entidade como sendo de utilidade pública além de exigência legal para o recebimento do fundo rotativo, visa à promoção e o fortalecimento da cidadania e dos direitos sociais de todos os alunos, pais, mestres não só da escola, mas também de todo um núcleo de pessoas envolvidas em comunidade.

Assim sendo conto com o empenho dos nobres vereadores desta Casa de Leis para a aprovação do referido Anteprojeto, valorizando esta importante entidade.

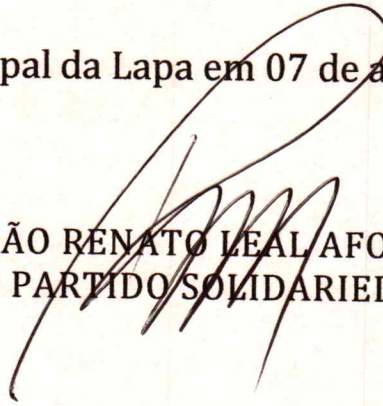
Câmara Municipal da Lapa em 07 de abril de 2014.


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Vereador PARTIDO SOLIDARIEDADE - SDD

Declaração

Eu, João Renato Leal Afonso, na qualidade de Vereador autor do anteprojeto de lei que tem por objetivo declarar de utilidade pública municipal a da Associação dos Pais, Mestres do CMEI Catarina Keche CNPJ nº 05.255.513/0001-67, venho declarar que tenho conhecimento das atividades sociais desenvolvidas pela entidade beneficiada, e que a mesma é merecedora do reconhecimento público.

Câmara Municipal da Lapa em 07 de abril de 2014.



JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Vereador PARTIDO SOLIDARIEDADE - SDD



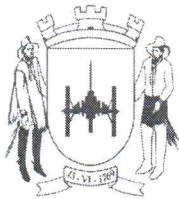
Declaração

Conforme exigência trazida pelo artigo 1º, inciso VII da Lei Municipal nº 2804/2013, que regulamenta a concessão de Título de Utilidade Pública eu, MARIA ELIZABETH PATENTE DOMINGUES, portadora do RG nº 6.837.057-4 Presidente da APM - Associação dos Pais, mestres do CMEI Catarina Keche Ramos CNPJ nº 05.255.513/0001-67 e assim representante da instituição, DECLARO que esta entidade nunca percebeu qualquer repasse de recursos públicos advindos da esfera municipal, estadual, federal ou entes internacionais.

Por ser verdade firmo o presente

Lapa, 01 de Abril de 2014.

Maria Elizabeth P. Domingues.
MARIA ELIZABETH PATENTE DOMINGUES
Presidente



PREFEITURA
MUNICIPAL DA **LAPA**

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA | PARANÁ
CNPJ - 76.020.452/0001-05
PRAÇA MIRAZINHA BRAGA 87 - CENTRO
CEP 83750-000 - (41) 3547-8000
www.lapa.pr.gov.br



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a APM – Associação de Pais, Mestres do CMEI Catarina Keche Ramos CNPJ nº 05.255.513/0001-67 se constitui como uma entidade idônea e cumpre a sua função social e de organização da Comunidade Escolar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Lapa, 21 de março de 2014

Atenciosamente


Ana Regina Martins da Silva

Secretária Municipal de Educação

DEC. nº 19310 de 01.02.13

Secretaria de Educação

Rua: Barão do Rio Branco 1861 Lapa PR CEP: 83.750-000

Fone: 41-3911-1120/fax: 3911 1137 Email: educalapa@yahoo.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.837.057-4

POLEGAR DIREITO

Maria Elizabeth P. Domingues

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6.837.057-4 DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/03/2011

NOME: MARIA ELIZABETH PATENTE DOMINGUES

FILIAÇÃO: SILVIO DOS SANTOS PATENTE
SEBASTIANA DOS SANTOS ROCHA

NATURALIDADE: LAPA/PR DATA DE NASCIMENTO: 12/07/1981

DOC. ORIGEM: COMARCA=CURITIBA/PR, AGUDOS DO SUL
C.CAS=680, LIVRO=15B, FOLHA=79

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Recarta Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
053.333.959-69

Nome
MARIA ELIZABETH PATENTE DOMINGUES

Nascimento
12/07/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
894D.1186.14D2.7FBC

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

25 16:58:08 do dia 16/05/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

PRESIDENTE APM

Ota nº 01/2002



Os vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e dois, às dezesseite horas e trinta minutos, no refeitório do Centro Municipal de Educação Infantil Catarina Keche Ramos, Cuche e Pr. Esc. la, nesta cidade da Lapa, Estado do Paraná, reuniram-se a Administradora desse Centro de Educação Infantil, secretária, funcionários e pais das crianças do referido Centro de Educação Infantil para fundar, eleger e dar posse aos membros da Associação de Pais e Mestres e aprovação do estatuto da referida A.P.M. A administradora propôs que seja feita duas chapas para a eleição. Tendo em vista o número de pessoas dispostas a fazer parte da APM, foi formada apenas uma chapa. A chapa foi aprovada por todos e deverá atuar no biênio de 2002/2003. Logo em seguida, a Administradora da Cuche expôs a todos o Estatuto da APM, que foi elaborado por uma comissão de pais e funcionários. Foi lido e discutido o referido estatuto que foi aprovado por todos. Os eleitos foram empossados neste ato. A comissão da APM ficou assim constituída: Diretoria: Lúviane Ferrari Vidal, Vice Presidente Vania Delaponte Scardanzan, Tesoureiro Elaine Júlia Potente Brogiani, Secretária Cristiane de Lima Cortês, Conselho Deliberativo Patrícia Regina Hella Xavier, Marcia Cristina Hammerichmidt, Conselho Fiscal, Terezinha de Jesus Chaves Renato, Elvairinha Matheus, como membros efetivos. Suplentes: Angelica Vaz, Amery Ferreira dos Santos. Conselheiros: Alexandra Mateus, Alina do Rocio Domingues, Adriana do Nascimento, Raquel Santana Lopes, Patrícia do Nascimento. Nada mais ha-

vendo a tratar eu frustiane de Lima loutu
a presente ata, às dez e trinta min
que por mim vai assinada juntamente com
demais: Caetano Côtes baunilha Matheus Norcielo
Inglês 203 Alexandra N. Mateus Amery Geneire dos Santos. O
Cp Evangelista Sarcos de Souza, Iririani Galli. Terezinha B. S
Rita T. Bruno Ng. Gullen Bruno. Filomena E. da Cruz
Francisca Cordeiro, Sora Cordoso Simone Santo Lú
de Edilma Maciel. Eva Cardoso Ferreira marli
de Jesus Sobillero. Maria Machado Sertes. Albina Pereira
Roquel Lopes. Benedita S. Santos marcia Lucie
trô ap. Jan G. Terezinha de Jesus Garcia Lucinda de J. Barbosa
Josefa Inês de Ramos. Rônia do Nascimento. Adriano
do R. P. do nascimento. Lorete Barbosa. Michele Carvalho. Roseli Juv
ana. Lucia da Luz. Plurif. J. Patricia R. Kella. C. Ghiney Zegian
Synthia Martins. Carlos C. da Silva. Josefa de S. B.
Ana Maria L. Alves. Romilda de Lima Santos. Adriana Machado
Lucimara S. do Siqueira. Rosa Fabiani m.ª da Concei
S. da Cruz. Eva do Carmo das S. laus. Maria n. das Santos
M.ª Leindiane S. Comargo. Gloriane Ferreri. Vidal Aparecido F.
mariane. Talorda dos Santos. Joiane B. Glandarim. Côt
P. de S. Teixeira. ~~Adriana~~ Maria Delarte. Glandarim. Terezinha
Brasília Chaves. Penasto; Valério Schmidt J.:

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

LAPA - PARANÁ

78 203 841/0001-93

Apresentado no horário normal
prenotado sob: 1002 a pág.
na 296 do Protocolo A, nº 63

Registrado

sob n.º 1670

Anotado

a fls. 1400 do livro B-78

De

Lapa 05 de 02 de 2002

O OFICIAL

IRIANA RIBEIRO DOS SANTOS
ESCREVENTE DO OFÍCIO

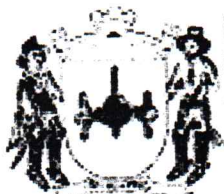
LAPA CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Av. Manoel Pedro, 2611
Centro - CEP. 83.750

Lapa - PR

Certifico que o Selo de Autenticidade
foi

Selo 2 Nº 445.33588



I - "Catarina Keche Ramos
Rua Arthur Virmond Lacerda 681 CAIC
- catarina1kecheramos@yahoo.com.br
Telefone: 41 3911-1112



Ata Nº 02/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e quatorze, às dezessete horas e trinta minutos, nas dependências do Centro Municipal de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos", localizado a Rua Arthur Virmond de Lacerda nº 681, bairro São Lucas, Lapa-Paraná, estiveram reunidos a administradora do CMEI Araci Siqueira Kotkowski, juntamente com pais e funcionárias para eleger a nova Diretoria da APM (Associação de Pais e Mestres). Após esclarecimentos sobre a função da APM, foi composta uma chapa a qual foi aprovada. A comissão eleita foi assim constituída: DIRETORIA: Presidente: Maria Elizabeth Patente Domingues CPF 053.333.959-69, Vice Presidente: Kellen Krainski Kinage, Tesoureira: Cristiane Aparecida de Lara Fabiensi CPF 053.819.939-35, Secretária: Marinês Corrêa Schuster, CONSELHO FISCAL: Presidente: Denise de Sousa Figura, Membros Efetivos: Daniela Claudino Pinto, Juçara Miranda Thurmman, Suplentes: Terezinha de Fátima de Almeida Fabiensi, Bruna Pereira Dias. CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente: Simone Campos, Secretária: Elaine Silvia Patente Brogian, Conselheiros: Terezinha Aparecida Schmidt, Silvane Leineker Satler, Suplentes: Sonia Aparecida Rocha da Silva, Marisa Engracia Martureli. A UGT (Unidade Gestora de Transferência) fica composta pelos seguintes membros: Denise Guimarães de Sousa Figura, Daniela Claudino Pinto, Juçara Miranda Thurmman. Em seguida todos os membros eleitos foram empossados a palavra foi deixada aberta onde não houve manifestações e nada havendo a tratar, a reunião foi encerrada após a Ata lida e aprovada por todos que por mim Araci Siqueira Kotkowski foi lavrada e segue por todos os presentes assinados:

Maria Elizabeth P. Domingues
Maria Elizabeth Patente Domingues
Presidente da APM

Cristiane A. de Lara Fabiensi
Cristiane Aparecida de Lara Fabiensi
Tesoureira

78.203.841/0001-93

LAPA CARTÓRIO DE REGISTRO

DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Araci Siqueira Kotkowski, Kellen Kraiski Kinage, Cristiane Aparecida de Lara Fabiensi, Simone Campos, Marinês Corrêa Schuster, Denise Guimarães de Sousa Figura, Silvane Leineker Satler, Terezinha Aparecida Schmidt, Daniela Claudino Pinto, Cristiane Aparecida de Lara Fabiensi, Elaine Silvia Patente Brogian, Cassiele de Siqueira Timoteo, Franciane Carvalho Tenório Grande, Juçara Miranda Thurmman, Darlene Ferreira Gool, Bruna Pereira Dias, Virleene de Jesus de Barros Teixeira, Vanessa Hammerschmidt Leite, Terezinha de Fátima de Almeida Fabiensi, Marisa Engracia Martureli, Sonia Aparecida Rocha da Silva, Deair Gonçalves Tenório, Eliane Venancio da Silveira Rodrigues, Terezinha Groser, Valéria de Lima Cortês, Eliane Colaço Soares, Walderez Barbosa dos Santos, Maria do Pepétuo Barbosa, Evelise Zella dos Santos, Rosemery de Fátima Ruthes Dias, Silmara dos Santos Cortes, Lorena Marques Domingues, Maria Elizabeth Patente Domingues.

E.T.: Onde lê-se; CONSELHO FISCAL: Presidente: Denise de Sousa Figura... lê-se: CONSELHO FISCAL: Presidente: Denise Guimarães de Sousa Figura...



MINUTA DE ESTATUTO

Capítulo I

DA CONSTITUIÇÃO e FINALIDADE

Seção I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - A Unidade executora (UEX), doravante denominada (APM, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, fundada em 24/07/2002, na unidade escolar Centro Municipal de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos", é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar, sede e foro do Município de Lapa, Estado de Paraná, e será regida pelo presente estatuto.

Seção II

DA FINALIDADE

Art. 2º - A associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, aluno e professores, promovendo a integração" poder público – comunidade – escola – família.

Art. 3º - Constituem finalidade especificada A.P.M. a conjunção de esforços, a articulação de objetos e a monia de procedimentos, o que a caracteriza principalmente por:

- a) interagir junto á escola como instrumento da transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;
- b) promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
- c) contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;
- d) cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;


Valério Schmidt
OAB 11299

Gliceriane Ferreira Lidal
Gliceriane

- e) administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da A.P.M. os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;
- f) incentivar a criação do grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente com o mesmo.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - A Unidade Executora compõe-se de:

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho Deliberativo;
- III. Diretoria;
- IV. Conselho Fiscal.

Seção II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 5º - A Assembléia Geral é constituída pela totalidade dos associados e é soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Único - A Assembléia será convocada e presidida pelo Diretor da Unidade Escolar.

Art. 6º - Cabe a Assembléia Geral:

- I. Fundar a Unidade Executora;
- II. Eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;

Dalécio Schmidt
OAB 11299

Glisiane Ferreira Vidal

Guineziuzian

III. Discutir e aprovar o estatuto da entidade.

1 ° - Far-se-à convocação por comunicação escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para as sessões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias.

2 ° As decisões tomadas pela Assembléia Geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) e pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 7 ° - A Assembléia Geral Ordinária será convocada e presidida pelo presidente da A.P.M., com o mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência.

1 ª - A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá duas vezes por ano, ou segundo o prazo estabelecido pelo Estatuto, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com, qualquer número.

2 ª - As deliberações das assembléias gerais serão aprovadas por metade mais um dos sócios presentes.

3 ª - Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- a) Discutir e aprovar a Programação Anual, o Relatório Anual, o Plano de Aplicação de Recursos e a Prestação de Contas do exercício findo, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
- b) Deliberar sobre eleições, eleger Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, podendo também preencher cargos vagos.

Art. 8 ° - A Assembléia Geral Extraordinária é presidida pelo Presidente da A.P.M., por 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Fiscal e ou por 1/3 dos associados.



1 ° - A Assembléia Geral Extraordinária é presidida pelo Presidente da A.P.M..

2 ° - As decisões tomadas pela Assembléia só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

3 ° - Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Deliberar sobre assuntos não previstos neste Estatuto;
- b) Alterar o nome A.P.M., em decorrência da alteração do nome da escola;
- c) Transformar as finalidades e ou serviços oferecidos pela escola;
- d) Alterar o Estatuto;
- e) Destituir a diretoria, quando for o caso.


Dalécio Schmidt
OAB 11299


Eliane Ferreira Vidal

Thine Sugam



Seção III

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 9º - O Conselho Deliberativo é constituído dos seguintes membros:

- I. 1 presidente;
- II. 1 secretário;
- III. conselheiros.

1º - A presidência é exercida pela diretora da escola.

2º - O cargo de secretário será ocupado por um professor da escola.

3º - Os conselheiros totalizam-se em número de (5) membros, sendo quatro pais de alunos e um professor.

Art. 10º - Cabe ao Conselho Deliberativo:

- I. apreciar o Plano de Ação da Diretoria para o respectivo exercício;
- II. aprovar o Plano de Aplicação de Recursos;
- III. revisar os balancetes de receitas e despesas, apresentados nas reuniões pela Diretoria, emitindo parecer por escrito com assinatura de 1 (um) conselheiro que seja pai responsável;
- IV. promover sindicância para apurar ocorrência de irregularidades no âmbito de sua competência;
- V. determinar a perda de mandato dos membros da Diretoria por violação do Estatuto;
- VI. emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas à apreciação do colegiado;
- VII. reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por bimestre.

Parágrafo único - As decisões emanadas do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta.


Seção IV

DA DIRETORIA

Art. 11º - A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da A.P.M.

Parágrafo único - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral Ordinária, para um mandato de (2) anos, mediante chapas registradas com antecedência mínima de dez dias, podendo ser reconhecida uma vez por igual período.


Valéria Schmidt
OAB 11299


Silvanus Ferrari Dickel
Chimistregian



Art. 12 ° - A Diretoria terá a seguinte composição:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Tesoureiro.

Parágrafo único - Na composição dos membros da Diretoria, deverão ser respeitadas as seguintes condições para a sua ocupação:

- a) Presidente: pai de aluno;
- b) Vice-Presidente: pai ou responsável;
- c) Secretário: professor;
- d) Tesoureiro: pai ou responsável.

Art. 13 ° - O exercício dos cargos de direção não serão remunerados.

Art. 14 ° - Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à Assembléia Geral Extraordinária (a ser marcada) eleger um substituto.

Art. 15 ° - A Diretoria, no todo ou em parte, poderá ser destituída por decisão da Assembléia Geral, quando constatado desvirtuamento de suas funções.

Art. 16 ° - Compete à Diretoria:

- I. - elaborar e executar a Programação Anual e o Plano de Aplicação de Recursos da A.P.M.;
- II. - deliberar sobre aplicação e movimentação dos da A.P.M.;
- III. - encaminhar aos Conselhos Fiscal e Deliberativo o balanço e o relatório, antes de submetê-los à apreciação da Assembléia Geral;
- IV. - em caso de convênios, enviar à Secretária Municipal de Educação (SME) e à Secretaria Estadual de Educação (SEE), quando for o caso, trimestralmente o demonstrativo de receita e despesa e a prestação de contas, conforme critérios de aplicação definidos por aquele órgão.
- V. - exercer as demais atribuições decorrentes de outros dispositivos deste Estatuto e as que lhe venham a ser legalmente conferidas;
- VI. - decidir os casos omissos;
- VII. cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais.


Valério Schmidt
OAB 11299

Gláucio Ferraz Vidal

Guimaraes



Art. 17 ° - Compete ao Presidente:

- I. – convocar e presidir as assembléias gerais ordinárias e extraordinárias e as reuniões da Diretoria;
- II. – representar a entidade em juízo e fora dele;
- III. – administrar, juntamente com o Tesoureiro e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;
- IV. – ler e tomar as providências cabíveis quanto à correspondência recebida e expedida;
- V. – promover o entrosamento entre os membros da Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- VI. – exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto ou que venham a ser exercidas pela Diretoria;
- VII. – administrar a A.P.M. e divulgar as suas finalidades;
- VIII. – apresentar relatório anual dos trabalhos realizados.

Art. 18 ° - Compete ao Vice-Presidente:

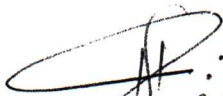
- I. – auxiliar o Presidente nas funções pertinentes ao cargo;
- II. – assumir as funções do Presidente quanto este estiver impedido de exercê-las.

Art. 19 ° - Compete ao Secretário:

- I. – elaborar a correspondência e documentação: atas, cartas, ofícios, comunicados, convocações etc.;
- II. – ler as atas das reuniões e assembléias;
- III. – assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência expedida;
- IV. – manter organizada e arquivada a documentação expedida e recebida;
- V. – conservar o livro de atas em dia e sem rasuras;
- VI. – elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria, o relatório anual.

Art. 20 ° - Compete ao Tesoureiro:

- I. – assumir a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- II. – assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, recibos e balancetes;
- III. – prestar contas, no mínimo a cada três meses, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e, anualmente, em Assembléia Geral, aos associados;
- IV. – manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.


Valério Schmidt
OAB 11299

Gláucio Ferreira Vidal
Glimesburgian

Seção V

DO CONSELHO FISCAL

ART. 21 ° - O Conselho fiscal é o órgão de controle e fiscalização da A.P.M.. Será constituído por (3) membros efetivos e (2) suplentes, sendo (3) pais e (2) professores.

1 ° - O Conselho Fiscal deverá ser eleito na primeira Assembléia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

2 ° - O Conselho Fiscal será presidido por um desses membros, escolhidos por seus pares na primeira reunião.

Art. 22 ° - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. - fiscalizar as ações e a movimentação financeira da A.P.M. entradas, saídas e aplicações de recursos, emitido pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;
- II. - examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;
- III. - solicitar à Diretoria sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receita e despesa;
- IV. - apontar à Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da A.P.M. retardar por mais de um mês a sua convocação e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrem motivos graves e urgentes;

Art. 23 ° - O mandato do Conselho Fiscal terá duração de (2) anos, permitida a reeleição por uma vez.

Capítulo III

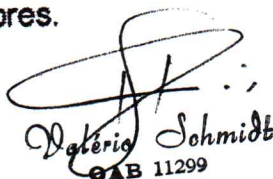
DOS SÓCIOS - DIREITOS E DEVERES

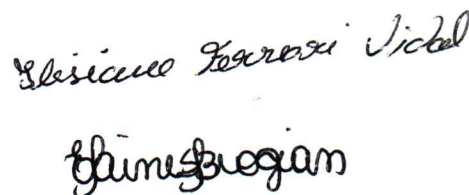
Seção I

DOS SÓCIOS

Art. 24 ° - O quadro social da A.P.M. é constituído por um número ilimitado de sócios e composto de:

- I. - sócios efetivos;
- II. - sócios colaboradores.


Dilerio Schmidt
OAB 11299


Elisiane Ferreira Vidal
Gimenez

1 ° - São considerados sócios efetivos:

- a) diretor;
- b) vice-diretor;
- c) professores;
- d) pais ou responsáveis;
- e) alunos maiores.

2 ° - São considerados sócios colaboradores:

- a) pessoal Técnico-Administrativo;
- b) ex-diretores do estabelecimento de ensino;
- c) pais ou responsáveis de ex-alunos;
- d) ex-alunos maiores;
- e) ex-professores;
- f) membros da comunidade escolar que desejam prestar serviços à unidade escolar.

Seção II

DOS DIREITOS E DEVERES


Art. 25 ° - Constituem direitos dos Sócios:

- I. – apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes da A.P.M.;
- II. – participar das atividades associativa;
- III. – votar e ser votado;
- IV. – solicitar em Assembléia Gera esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da A.P.M. e dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V. – apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de sócios.

Art. 26 ° - Constituem deveres dos sócios:

- I. – conhecer o Estatuto da A.P.M.;
- II. – participar das reuniões e assembleias para as quais forem convocadas;
- III. – cooperar, de acordo com as suas possibilidade, para a constituição do fundo financeiro da A.P.M.;
- IV. – colaborar na realização das atividades da A.P.M.


Dalcir Schmidt
OAB 11299


Elisete Ferrari Vidal
Gimespagan



Capítulo IV

Seção I

DAS REUNIÕES

Art. 27 ° - Haverá reuniões administrativas, convocadas pelo Presidente no mínimo 1 (uma) vez ao mês, com a presença da Diretoria e ou dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da A.P.M.

Capítulo V

Seção I

DAS ELEIÇÕES

DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS

Art. 28 ° - As eleições para os cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo dar-se-ão no primeiro bimestre letivo, em Assembléia Geral por aclamação ou voto secreto, e a posse deverá ocorrer nos 30 (trinta) dias subsequentes.

Art. 29 ° - Na apuração dos votos, deverão participar preferencialmente, os funcionários do corpo administrativo da unidade escolar, sob a fiscalização de uma comissão de pais e professores que não sejam candidatos.

Art. 30 ° - Os membros eleitos terão mandato pelo período de (2) anos, permitida a reeleição por uma única vez.

Art. 31 ° - Antes de findar o mandato realizar-se-ão as eleições em prazo hábil para garantir nova composição da A.P.M. respeitando-se o prazo da administração anterior.

Art. 32 ° - A posse dar-se-á na data subsequente ao vencimento do mandato da gestão anterior.

Presidente da A.P.M.
01/08/2009

Elisiane Ferreira V.
Bimestre 2009

Parágrafo único – A Diretoria da escola dará posse ao Presidente da A.P.M. e este aos demais membros da Diretoria devendo a posse ser lavrada em ata, em livro próprio da respectiva A.P.M.



Capítulo VI

DOS RECURSOS E SUA APLICAÇÃO

Seção I

DOS RECURSOS

Art. 33 ° - Os meios e recursos para atender os objetivos da A.P.M. serão obtidos mediante:

- a) contribuição voluntária dos sócios;
- b) convênios;
- c) subvenções diversas;
- d) doações;
- e) promoções escolares;
- f) outras fontes.


Art. 34 ° Os recursos financeiros da A.P.M. serão depositados em conta a ser mantida em estabelecimento bancário oficial do Município do Banco do Brasil SA efetuando-se a movimentação por meio de cheques nominais assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Seção II

DA APLICAÇÃO

Art. 35 ° - Os recursos financeiros serão gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo.


Delério Schmidt
OAB 11299


Gleicius Ferroze Lima
Gleicius Ferroze Lima

Art. 36 ° - Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos da A.P.M.



Capítulo VIII

DA INTERVENÇÃO E DISSOLUÇÃO

Seção I

DA INTERVENÇÃO

Art. 37 ° - Pela indevida aplicação de renda, responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 38 ° - Quando as atividades da A.P.M. contrariamente as finalidade definidas neste Estatuto ou ferirem a legislação vigente poderá haver intervenção, mediante solicitação do Conselho Deliberativo às autoridades competentes.

1 ° - O processo regular de apuração dos fatos será feito pela Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

2 ° - A intervenção será determinada pela Secretária Municipal de Educação Cultural e Esporte, mediante Resolução.

Seção II

DA DISSOLUÇÃO

Art. 39 ° - A A.P.M. somente poderá ser dissolvida:

- a) por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestadas em Assembléia Geral extraordinária, especificamente convocada para tal fim;
- b) em decorrência da extinção do estabelecimento de ensino;
- c) em decorrência de ato legal emanado do poder competente;
- d) em caso de desativação da A.P.M., o Presidente do Conselho Deliberativo deverá enviar à Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, uma comunicação escrita explicando os motivos da respectiva desativação devidamente assinada por todos os membros da Diretoria e associados.

Valério Schmidt
OAB 11299

Elisécio Ferrari Rebel

Gimes Borges



Parágrafo Único – Em caso de dissolução da A.P.M. o destino de seu patrimônio respeitados os compromissos existentes, será deliberado por Assembléia Geral ou será recolhido pela Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, que lhe dará adequada destinação no prazo de 60 (sessenta) dias.

Capítulo IX

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 ° - Os sócios não respondem pelas obrigações da A.P.M.

Art. 41° - São sócios os fundadores da A.P.M. as pessoas que participaram da reunião de fundação cujos nomes constam da respectiva ata.

Art. 42 ° - A A.P.M. não distribuirá lucros sob nenhuma forma ou pretexto aos dirigentes ou associados e empregará os recursos de acordo com a decisão da Diretoria.

Art. 43 ° - É vedada à A.P.M. exercer qualquer atividade de caráter comercial no âmbito do estabelecimento de ensino.

Art. 44 ° - A A.P.M. constituirá um fundo de reserva para situações emergenciais, cujo percentual deverá ser decidido pela Diretoria em Assembléia.

Art. 45 ° - O presente Estatuto só poderá ser reformulado por ato da Assembléia Geral Extraordinária.


Valério Schmidt
OAB 11299

Gláucia Ferreira Dickel
Guine Brazian



Art. 46 ° - A Diretoria, o Conselho Fiscal, e o Conselho Deliberativo da A.P.M., ficam assim constituídos:

DIRETORIA

Presidente – Idem

Nome –

Nacionalidade –

Naturalidade –

Estado Civil –

Profissão –

CIRG –

Endereço –

CPF –

Fone –

Vice – Presidente – Idem

Secretária – Idem

Tesoureira – Idem

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos – Idem

Suplentes – Idem

CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiras – Idem

Suplentes – Idem

Art. 47 ° - Este Estatuto será registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lapa – Paraná.

Lapa, 22 de julho de 2002

Ilisiane Ferrari Vidal
ILISIANE FERRARI VIDAL
Presidente.

Delério Schmidt
Delério Schmidt
OAB 11299

Edineide Jacon

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|---|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.255.513/0001-67 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 05/08/2002 |
| NOME EMPRESARIAL APM, ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL CATARINA KECHE RAMOS | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CMEI CATARINA KECHE RAMOS | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA | | | |
| LOGRADOURO R ARTUR VIRMOND DE LACERDA | NÚMERO SN | COMPLEMENTO SALA | |
| CEP 83.750-000 | BAIRRO/DISTRITO NOSSO CHAO V | MUNICÍPIO LAPA | UF PR |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/08/2002 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **12/03/2014** às **16:10:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05255513/0001-67

Razão Social: APM ASSOC DE PAIS E MEST CATARINA KECHÉ

Endereço: RUA ARTHUR VIRMOND DE LACERDA / SAO LUCAS / LONDRINA
/ PR / 83750-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/03/2014 a 08/04/2014

Certificação Número: 2014031009260055722600

Informação obtida em 10/03/2014, às 09:26:02.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: APM, ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO
INFANTIL CATARINA KECHE RAMOS
CNPJ: 05.255.513/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:21:09 do dia 07/03/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/09/2014.

Código de controle da certidão: **9531.F98E.C278.DC20**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**MUNICIPIO DA LAPA - ESTADO DO PARANA****SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1499

CENTRO HISTORICO - 83750-000

CNPJ 76.020.452/0001-05

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**Certidão fornecida para o CPF/CNPJ: **05.255.513/0001-67**Nome Contribuinte: **CMEI CATARINA KECHE RAMOS**

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo eletronicamente os assentamentos existentes neste Departamento de Cadastro e Tributação, deles verificamos constar que o Contribuinte a descrito, não possui débitos Imobiliários, Mobiliários e nem Inscrição em Dívida Ativa, e encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data. ATENÇÃO: Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço :

www.lapa.pr.gov.br

Emitida às 09:18:08 do dia 07/03/2014

Válida até 06/04/2014

Código de controle da certidão / Número

28E6.780B.3CEF.CCBD

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção : qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ANTEPROJETO DE LEI N° 11/2014

Autor: Vereador João Renato Leal Afonso

Súmula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 01/04/2014.

Apresentado em Expediente do Dia 08/04/2014.

À COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação, em 14/04/2014.



JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA
ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
WILMAR JOSÉ HORNING

ANTEPROJETO DE LEI N° 11/2014

Autor: Vereador João Renato Leal Afonso

Súmula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” e dá outras providências.

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 16/04/2014



FENELON BUENO MOREIRA
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA

ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI

WILMAR JOSÉ HORNING

ANTEPROJETO DE LEI Nº 11/2014

Autor: Vereador João Renato Leal Afonso

Súmula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 01/04/2014.

Apresentado em Expediente do Dia 08/04/2014.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2014.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Em 16 04 /2014

Wilmar José Horning

Fenelon Bueno Moreira

FENELON BUENO MOREIRA

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 17 04 /2014

Wilmar José Horning

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA

ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI

WILMAR JOSÉ HORNING



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Ref.: Anteprojeto de Lei nº 011/2014.

Sumula: Declara de Utilidade Pública, no âmbito Municipal, a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” e dá outras providências.

Busca-se através do Anteprojeto de Lei nº 11/2013, de autoria do Vereador João Renato Leal Afonso, a declaração de utilidade pública, no âmbito municipal da Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos”, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.255.513/0001-67.

A Lei Municipal nº 2804/2013 que rege o tema diz quais são os requisitos para concessão do Título de Utilidade Pública, conforme transcrição abaixo;

Art. 1º - A Declaração de Utilidade Pública Municipal somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I. ser pessoa jurídica de direito privado na forma de Sociedade Civil, ou de Associações e ou Fundações com sede no Município da Lapa, ou que aqui exerçam sua



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

atividades através de representações , e que visem exclusivamente servir desinteressadamente as coletividade;

II. que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (6) seis meses e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente;

III. que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

IV. que conste no estatuto social ou seja acostado declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

V. que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

VI. que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

VII. declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

§ 1º - As entidades de cunho de assistência social deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

Art. 2º - O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública.

Art. 3º - As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Câmara Municipal, com assinatura da maioria dos membros da diretoria.

Pois bem, com relação às exigências legais estabelecidas através da presente Lei, entende esta Comissão que a mesma foi cumprida pela entidade beneficiária, visto que trata-se de associação constituída legalmente e que pela leitura de seu estatuto social, verifica-se que a mesma não possui fins lucrativos, seus membros não são remunerados e que os serviços prestados pela mesma é de relevante serviço público.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

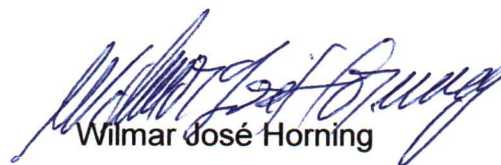


COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Com relação às demais exigências da Lei 2804/2013, em análise do Projeto, tem-se que as mesmas foram cumpridas, estando, portanto de acordo com o diploma legal que rege a matéria.

Isto posto, o Anteprojeto de Lei em questão encontra amparo jurídico legal, razão pela qual esta Comissão é favorável ao mesmo.

Poder Legislativo Municipal em 17 de abril de 2014.



Wilmar José Horning

Relator



Élio Narkok Wesolowski

Membro

Fenelon Bueno Moreira
Presidente

PARECER

Ref.: Anteprojeto de Lei nº 011/2014.

Sumula: Declara de Utilidade Pública, no âmbito Municipal, a Associação de Pais e Mestres do centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” e da outras providencias.

Vem para a análise dessa Assessoria o Anteprojeto de Lei nº 011/2014, de autoria do Vereador João Renato Leal Afonso , cujo objeto é declarar de utilidade pública no âmbito Municipal a , a Associação de Pais e Mestres do centro de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos, associação de direito privado sem fins lucrativos conforme estatuto anexado ao anteprojeto.

À titulo de justificativa, seu autor demonstra que a associação em questão é uma entidade sem fins lucrativos e tem por objetivos a proteção dos animais.

Anexou ainda o autor, declaração no sentido de que tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade beneficiada.

De acordo com a LEI Nº 2804, DE 07 DE JANEIRO DE 2013, que rege a matéria, tem-se que o anteprojeto em questão esta plenamente enquadrado no mesmo, senão vejamos:

Art. 1º - A Declaração de Utilidade Pública Municipal somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I. ser pessoa jurídica de direito privado na forma de Sociedade Civil, ou de Associações e ou Fundações com sede no Município da Lapa, ou que aqui exerçam sua atividades através de representações , e que visem exclusivamente servir desinteressadamente as

coletividade; (**este item encontrasse na pagina 23,24,25,**)

II. que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (6) seis meses e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente; (**este item encontrasse na pagina 23**)

III. que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social; (**este item encontrasse na pagina 1 art. 1**)

IV. que conste no estatuto social ou seja acostado declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público; (**este item encontrasse na pagina 21 art. 42**)

V. que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos; **este item encontrasse na pagina 20 no artigo 39 paragrafo único**)

VI. que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso; (**este item encontrasse nas paginas 24-25-26**)

VII. declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de

entes internacionais. (**este item encontrasse na pagina 4)**

§ 1º - As entidades de cunho de assistência social deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal. (**este item encontrasse na pagina 5)**

Art. 2º - O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública. (**este item encontrasse na pagina 3)**

Art. 3º - As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Câmara Municipal, com assinatura da maioria dos membros da diretoria. (**este item encontrasse na paginas8- 8-9)**

Desta forma, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, razão pela qual esta Assessoria Jurídica é favorável ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Plenário.

Poder Legislativo Municipal, em 22 de abril de 2014.

Jonathan Dittrich Junior

OAB/PR 37.437

PROJETO DE LEI Nº 030/2014

Autor: João Renato Leal Afonso

Súmula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Kecher Ramos” e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **A P R O V A:**

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública, no âmbito Municipal, Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil “Catarina Kecher Ramos”, localizada na Rua Artur Virmond de Lacerda, S/N, Bairro São Lucas, Nosso Chão V, neste município de Lapa – PR, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 05.255.513/0001-67.

Parágrafo Único -- A Associação ora declarada de utilidade pública deverá, a cada ano, apresentar ao Poder Executivo Municipal relatório circunstanciado de suas atividades, para fins de cumprimento ao disposto no artigo terceiro da Lei Municipal nº 2804, de 07 de Janeiro de 2013.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

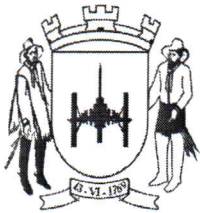
Câmara Municipal da Lapa, em 23 de abril de 2014.



JOÃO C. LEONARDI FILHO
(DANGO LEONARDI)
PRESIDENTE



ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI
(CÉLIO GUIMARÃES)
1º SECRETÁRIO



LEI N° 2974, DE 16 DE MAIO DE 2014

Súmula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos" e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, no âmbito Municipal, a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil "Catarina Keche Ramos", localizada na Rua Artur Virmond de Lacerda S/N, Bairro São Lucas, Nosso Chão V, neste município de Lapa – PR, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ N° 05.255.513/0001-67.

Parágrafo único – A Associação ora declarada de utilidade pública deverá, a cada ano, apresentar ao Poder Executivo Municipal relatório circunstanciado de suas atividades, para fins de cumprimento ao disposto no artigo terceiro da Lei Municipal nº 2804, de 07 de Janeiro de 2013.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Maio de 2014.


Leila Aubrift Klenk
Prefeita Municipal